

**PROGRAMA DE TRAVESTI: injustiça
algorítmica: alterações na máquina**

**TRAVESTI PROGRAM: algorithmic
injustice: changes in the machine**

**PROGRAMA TRAVESTI: injusticia
algorítmica: cambios en la máquina**



Revista Espaço do Currículo

ISSN 1983-1579

Doi: 10.15687/rec.v15i3.64705

<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php>

Resumo: O presente texto objetiva refletir sobre o processo de iterabilidade como máquina de produzir verdades. Para discutir temas do cotidiano e nossos modos de fazer, na condição de praticantes desse cotidiano (CERTEAU, 2001), analisaremos, como material empírico, o *Programa de Travesti*, semanalmente exibido, por *streaming*, na TV 247. As (trans)alianças e o movimento causado naquela maquinaria são postos, então, em suspensão, para seu exame. A metodologia perpassa pelo processo discursivo-desconstrucionista (POCAHY, 2011; YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020) e visa criar e visibilizar formas outras de (r)ex(s)istência, interação e comunicação no e com o (i)mundo.

Palavras-chave: Injustiça midiática. Algoritmo. Programa Travesti.

Sara Wagner York

Mestra em Educação

Doutoranda em Educação pela
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,
Brasil.

E-mail: sarawagneryork@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4397-891X>

Denize Sepulveda

Doutora em Educação

Professora da Universidade do Estado do
Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: denizesepulveda@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9049-5200>

Como citar este artigo:

YORK, S. W.; SEPULVEDA, D. PROGRAMA DE TRAVESTI: injustiça algorítmica: alterações na máquina. **Revista Espaço do Currículo**, v. 15, n. 3, p. 1-14, 2022. ISSN 1983-1579. DOI:

<https://doi.org/10.15687/rec.v15i3.64705>

Recebido em: 01/11/2022

Aceito em: 08/11/2022

Publicação em: 15/12/2022

Abstract: This text aims to reflect on the process of iterability, as a machine for producing truths. To discuss everyday topics and our ways of doing it, as practitioners of this everyday life (CERTEAU, 2001) we bring a brief description of the empirical material that we will analyze here: the Transvestite Program - weekly broadcast by streaming on TV 247. The (trans) alliances and the movement caused in the machinery are put on hold for analysis. The methodology permeates the discursive-deconstructionist process (POCAHY, 2011; YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020) and aims to create and make visible other forms of (r)existence, interaction and communication in and with the (i)world.

Keywords: Media injustice. Algorithm. Transvestite Program.

Resumem: Este texto pretende reflexionar sobre el proceso de iterabilidad, como máquina productora de verdades. Para discutir temas cotidianos y nuestras formas de hacerlo, como practicantes de esa cotidianidad (CERTEAU, 2001) traemos una breve descripción del material empírico que analizaremos aquí: el Programa Travesti - emitido semanalmente por streaming en TV 247. Las (trans)alianzas y el movimiento provocado en la maquinaria quedan en suspenso para su análisis. La metodología permea el proceso discursivo-deconstruccionista (POCAHY, 2011; YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020) y pretende crear y visibilizar otras formas de (r)existencia, interacción y comunicación en y con el (i)mundo.

Palavras-clave: Injustiça mediática. Algoritmo. Programa Travesti.

1 INTRODUÇÃO: pensando a máquina

O presente artigo objetiva refletir sobre o processo de iterabilidade, como máquina de produzir verdades. Assumimos como perspectiva que a linguagem produz efeitos através da repetição de seus repertórios, em processos de negociação semiótica¹ que (des)estrutura sentidos que, sendo constantemente diferentes e complexos, variam de acordo com os contextos socioculturais dos falantes e com os repertórios disponíveis, por eles acessados.

Para discutir temas do cotidiano e nossos modos de fazer, como praticantes desse cotidiano (CERTEAU, 2001), tecemos uma breve descrição do material empírico que aqui analisaremos: o *Programa de Travesti*, semanalmente exibido, por *streaming*², na TV 247. (Trans)Alianças³ e o movimento causado na maquinaria estão em suspensão para análise. A metodologia de pesquisa, envolvida na tecitura deste artigo, perpassa pelo processo discursivo-desconstruccionista (POCAHY, 2011; YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020) e visa criar formas outras de (r)ex(s)istência, interação e comunicação no e com o (i)mundo, buscando alternativas, possibilidades, outras rotas⁴...

Para que, inicialmente, possamos dar sentido ao percurso escolhido, nos baseamos em PocaHy (2011) e em um aspecto que compreendemos como discursivo-desconstruccionista, como metodologia de pesquisa. Assim, asseveramos alguns elementos daquilo que pode caracterizar tal caminho. PocaHy (2011) diz que há “[...] um movimento de reversibilidade epistemológica da marca de (um) saber prescritivo-normativo” que acompanha os saberes *psi* ou, como ele menciona, “[...] as psicologias”. Uma vez que assumimos a factualidade da regulação e das normas impostas sobre os corpos, a partir dos saberes prescritivo-normativos, passamos a refletir e provocar movimentações capazes de explicitar as “[...] objetificações que apontam para as regulações estabelecidas na direção da constituição de uma inteligibilidade do humano” e que, assim, assumem “[...] uma suposta

¹ A semiótica é o estudo dos signos e tem como objetivo compreender as maneiras pelas quais o ser humano consegue interpretar as coisas, sobretudo o ambiente que o cerca. Assim, examina como o sujeito confere significado a tudo o que está a sua volta, abarcando as linguagens verbais e não verbais.

² Streaming é a tecnologia direcionada para a emissão de informações através da multimídia, enviando dados a partir de redes de computadores, mais especificamente pela internet, tendo como objetivo promover conexões mais rápidas.

³ ³ <https://www.cartacapital.com.br/justica/as-transaliancas-e-a-neomaquinaria/>

⁴ Deleuze e Guattari (1995) exprimem que os fenômenos sociais moldados pelo poder e seus vetores permeiam as estruturas em três linhas: molares, moleculares e de fuga. As molares aparecem como estruturas institucionalizadas, que se tornaram asfixiantes e não permitem que o grupo social evolua para novas possibilidades. As linhas moleculares, por sua vez, produzem certa erosão nas molares, criam-lhes resistência mas não têm força suficiente para destruí-las; e as linhas de fuga, ao contrário, explodem definitivamente as estruturas molares, dando passo a desterritorializações que abrirão novas possibilidades de organização do caos.

naturalidade, fixidez e coerência entre corpo, sexo, gênero, sexualidade e prazer (BUTLER, 2005). Alguns descaminhos, na percepção de Pocahy (2011), revelam um ponto nevrálgico nas questões que tangem a sexualidade quando pensada por vieses não masculinistas totalizantes, no âmbito de sexo, gênero, prazer e sexualidade, que podem não estar alinhados quando falamos de práticas sexuais permissivas. O masculinismo compreende a prática sexual a partir de seus desejos e estes, como pulsão disparadora de sua virilidade, através da ereção. Ou seja, para que haja a prática sexual dos corpos cis-hetero-normativos, pressupõe-se ereção para cópula, o que, fora da mesmidade repetitiva e compulsória dessa produção, ignora o próprio corpo masculino cis-hetero penetrado (e não penetrante).

No Programa de Travesti, exibido semanalmente na TV 247, buscamos refletir com/nos sentidos que se produzem. A pergunta geradora de muitos desconfortos, tanto para nós, quanto para boa parte da comunidade trans, é a associação mantida (da imagem) dos corpos trans a uma única lógica, ação e regra. Tal movimento não apenas perpetua os simulacros, quanto age em prol da permanência de um controle, o que Collins (2022) nomeia como imagem de controle. Quando iniciamos buscas no ciberespaço, notamos que alguns pesquisadores – pesquisadoras, para sermos mais específicas – vêm problematizando vários elementos que se relacionavam, com muita frequência, nos discursos, com os corpos trans e travestis, dentre eles ocorrência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), síndrome da imunodeficiência adquirida (aids), vírus da imunodeficiência humana (HIV), violência, marginalidade e outros elementos balizadores de estigma, medo e vergonha, por se associar ainda esses corpos a uma moral permeável ou desviante. Larissa Pelúcio (2009) fala sobre sidanização⁵ das populações lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e outros (LGBT+), numa cidadanização com s, exatamente fazendo uma relação com essa máquina produtiva dos elementos balizadores que assinalamos anteriormente. Por esse modo sempre análogo de pensarmos o público LGBT, considerando ainda as políticas diversas de extermínio que agem sobre esse público, nós discorreremos sobre um dos piores vírus, que é o vírus da desinformação e do estigma.

Goffman (1988) diz que se constrói cultural e socialmente uma teoria do estigma para que se justifique a inferioridade pela qual se categoriza e discrimina um determinado grupo. Historicamente, o termo estigma foi criado pelos gregos antigos para designar sinais físicos, para marcar alguém ou alguma coisa que não se enquadrasse nos padrões de normalidade daquela sociedade. Em que pese ter adquirido outros significados, hoje em dia, entretanto, o termo tem um sentido parecido com o da Antiguidade Clássica, ou seja, existe como uma forma de rotulação depreciativa.

O referido autor menciona também que existem três tipos de estigma: em primeiro lugar existem os relacionados às abominações do corpo, em segundo, a culpa de caráter individual, e, por último, existem os estigmas tribais de raça, nação e religião. Em todos os modelos de estigma, incluindo até mesmo aqueles que os gregos tinham em mente, acham-se as mesmas características: uma pessoa que poderia ter sido prontamente recebida no contexto social cotidiano por ter um traço diferente que chama a atenção, acaba por afastar aqueles que ela encontra, aniquilando a possibilidade de atenção para outras qualidades que apresente. É importante enfatizar que o estigma é uma marca identitária da diferença que visa a uma inclusão perversa, pois passa a atuar incluindo a diferença no interior de um território identitário, ou seja, a estigmatização é um processo de reafirmação da diferença, mas que abole a sua inovação, já que tenta encaixá-la dentro dos parâmetros do que é considerado como normal ou anormal. O estigma opera produzindo uma imagem de que o sujeito que o possui é anormal, pois possui uma diferença em relação as pessoas que são consideradas normais e que são semelhantes entre si. Portanto, o estigmatizado não é o semelhante às demais pessoas, ele é o diferente. (SEPULVEDA, 2012, p. 149-150).

Tentando romper com os estigmas que recaem sobre as pessoas travestis e transexuais, a TV 247

⁵ Esse processo de subjetivação foi acionado via discurso em prol da prevenção da aids.

lançou o *Programa de Travesti* (YORK, 2021), cuja primeira edição foi ao ar no dia 15 de outubro de 2021, ainda durante a pandemia⁶ da Covid-19⁷, um ano depois de já figurar na programação da então TV Brasil 247, uma mídia progressista de esquerda⁸. E, quando falamos de mídia progressista de esquerda, pressupõe-se que discorreremos sobre o trabalho jornalístico de profissionais não machistas, democráticos e não LGBTfóbicos. Todavia, não é porque uma pessoa se declara pertencente à esquerda política que essa voz seja uníssona e que todos sejam a favor da descriminalização das drogas, por exemplo. Assim como não é porque uma pessoa se considera politicamente de direita que ela é a favor da pena de morte. “Assim, uma pessoa pode ser politicamente inovadora e ter condutas conservadoras com relação à família, ou até mesmo em relação a práticas sexuais” (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 78).

É comum uma pessoa ser denominada progressista ou conservadora. Contudo, verificamos que tais rótulos usualmente são acompanhados de uma carga emotiva que justifica os argumentos usados socialmente.

Essa polaridade se apresenta no uso comum do termo conservadorismo associado com outro termo também ambíguo que é, teoricamente o seu antônimo, “progressismo”. Esse termo, inicialmente, significa uma atitude otimista quanto às possibilidades de desenvolvimento humano. Assim, no senso comum, conservadorismo se apresenta como a negação de tais possibilidades. Essa forma de compreensão reduz as práticas conservadoras à existência de práticas progressistas. Ou seja, só seria possível entender o conservadorismo a partir das práticas opostas, dando assim, um caráter reativo ao termo em destaque. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 79-80).

Neste momento, é necessário enfatizar que não comungamos de argumentos que afirmam que o conservadorismo é somente uma reação às transformações dos valores sociais. Acreditamos que os conservadores são agentes políticos e possuem propostas e agendas políticas bem desenvolvidas, como por exemplo os partidos políticos conservadores, presentes em várias arenas políticas (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016).

Com efeito, só é possível entender o conservadorismo dentro do campo de debate da política. Assim, deixamos de lado a discussão do comportamento humano, e nos colocamos no lugar onde é plausível visualizar melhor o conservadorismo. Segundo Hirschmam (1992), é admissível identificar uma retórica do conservadorismo político, uma vez que essa se apresenta como enfrentamento a qualquer mudança no ordenamento político que possa, de alguma forma, transformar as relações de poder em uma sociedade. Nesse sentido, o Conservadorismo Político é inaugurado por Edmund Burke e sua crítica à Revolução Francesa. A questão mais preocupante para o autor era a modificação nas relações sociais, principalmente a ascensão de novas classes

⁶ Pandemia é uma doença contagiosa que se espalhou geograficamente pelo mundo inteiro, saindo do seu lugar de origem.

⁷ Os coronavírus são uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, a exemplo do Mers-CoV e Sars-CoV. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (Sars-CoV2), o qual foi identificado primeiramente em Wuhan, na China, e causou a Covid-19, transmitida de pessoa a pessoa e rapidamente disseminada pelo mundo. A Covid-19 é uma doença causada pelo coronavírus Sars-CoV2 e que apresenta um espectro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros graves. A maioria (cerca de 80%) dos pacientes com Covid-19 podem ser assintomáticos ou oligossintomáticos (com poucos sintomas) e aproximadamente 20% dos casos detectados requerem atendimento hospitalar, por seus acometidos apresentarem dificuldade respiratória, dentre os quais aproximadamente 5% podem necessitar de suporte ventilatório.

⁸ A ideia de mídia progressista de esquerda perpassa pelo entendimento de que os grandes monopólios de mídia convencional possuem um editorial de direita e conservador, tendo como projeto ideológico manter seu poder. Assim, a mídia de esquerda progressista considera como fundamental criar mídias alternativas aos modelos comunicacionais tradicionais.

sociais ao poder. (SEPULVEDA; SEPULVEDA, 2016, p. 80-81).

Uma das experiências mais recentes, no Brasil, com o levante ultraconservador e pseudocristão chamado *bolsonarismo*⁹, foi a constatação do uso desmedido de informações para gerar novas narrativas, *lawfare*¹⁰, *fake news*¹¹ e, sobretudo, pânico moral.

A ofensiva de lideranças religiosas e setores conservadores na educação brasileira através da temática de gênero e orientação sexual mobilizou inúmeros segmentos sociais e afetou o imaginário social através das “ameaças” que a presença desses temas na escola representaria para as famílias, para as crianças e para nossa sociedade. [...] Por conseguinte, entendemos ser fundamental identificar quais foram os principais argumentos utilizados por esses agentes para sustentar esses discursos e suscitar o pânico moral em diversos segmentos sociais. [...] No que se refere às alegações construídas e expostas nesse cenário recentemente, destaca-se a ideia de que a escola ao abrir espaço para a discussão desses temas estaria incentivando a desconstrução de uma suposta ordem natural tanto para os papéis a serem desempenhados por homens e mulheres quanto no exercício de suas sexualidades. (MENDONÇA; MOURA, 2019, p. 207).

Apesar da morte de tantas pessoas no Brasil, durante a pandemia da Covid-19 (NEUMAM, 2021), o então presidente Jair Bolsonaro se colocava publicamente, muitas vezes de forma irônica, como um negacionista da gravidade da doença, chegando a imitar, a fim de ridicularizá-las, pessoas sem ar ou a dizer que não podia fazer nada a respeito do assunto porque não era cozeiro. No livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, Judith Butler (2015) defende que a distribuição desigual do luto público é uma questão política de grande importância. Pelo menos desde os tempos de Antígona, personagem de Sófocles que decidiu chorar publicamente pela morte de um de seus irmãos, contrariando a lei soberana, os governos tentam, com muita frequência, regular e controlar quem será e quem não será lamentado publicamente.

Um exemplo de tal argumentação é o modo como, após os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, os meios de comunicação divulgaram as imagens daqueles que morreram, com seus nomes, histórias pessoais e reações de familiares. Muito rapidamente, “o luto público encarregou-se de transformar essas imagens em ícones para a nação, o que significou, é claro,

⁹ O bolsonarismo é um fenômeno político recente, considerado de extrema direita, que se desenvolveu no Brasil a partir de 2018, durante a campanha eleitoral de Jair Bolsonaro para presidente do país. O movimento bolsonarista defende a família, os valores cristãos, o patriotismo, o conservadorismo, o autoritarismo, elementos neofascistas, o anticomunismo e possui aversão à esquerda política.

¹⁰ O termo se refere à junção da palavra *law* (lei) ao vocábulo *warfare* (guerra) e, em tradução literal, significa *guerra jurídica*. Podemos entender *lawfare* da seguinte maneira: uso ou manipulação das leis como um instrumento de combate a um oponente desrespeitando-se os devidos procedimentos legais e os direitos do indivíduo que se pretende eliminar. Em termos ainda mais gerais, pode ser entendido como o uso das leis como arma para se alcançar uma dada finalidade político-social que normalmente não seria alcançada se não pelo uso da *lawfare*. Vale dizer que a prática é planejada de forma a se ter uma aparência de legalidade nas ações empreendidas e, muitas vezes, essa aparência é forjada com a ajuda da mídia empresarial. Por isso, o termo é utilizado, na maioria das ocasiões, em uma conotação negativa, já que dá a ideia de um emprego abusivo e ilegítimo da lei para prejudicar um determinado adversário (IGNACIO, 2020).

¹¹ Segundo Alves e Maciel (2020, p. 147-148), a expressão *fake news* “[...] ganhou fama a partir de 2016 após dois fenômenos de grande repercussão na política internacional, quais sejam, o processo de saída do Reino Unido da União Europeia e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos da América. A ideia básica que permeia a menção aos termos ‘fake news’ é a da existência de uma era de rápida velocidade de produção e circulação da informação. Em suma, as formas tradicionais de organização, seleção, classificação e exclusão discursivas são colocadas em xeque em um ambiente no qual parece não haver mais qualquer autoridade estabelecida, ou seja, no qual qualquer um pode dizer qualquer coisa sobre qualquer assunto da maneira que bem entender. A informação pode vir de qualquer fonte e sem nenhum critério, com potencial de se espalhar, de manipular as emoções e de realizar influência destrutiva e determinante na população, capaz talvez de definir os rumos das democracias contemporâneas [...]”.

que o luto público pelos não americanos foi consideravelmente menor e que não houve absolutamente nenhum luto público pelos trabalhadores ilegais” (BUTLER, 2015, p. 65). Enlutar-se publicamente tem a ver, segundo a filósofa, com o sentimento de indignação diante da injustiça ou de uma perda irreparável, e isso possui um enorme potencial político, pois, ao se perturbar a ordem e a hierarquia da alma, também se pode desestabilizar a ordem e a hierarquia de uma autoridade política. Esse foi um dos motivos que, de acordo com Butler, levaram Platão a querer banir os poetas da República. Ele acreditava que, “[...] se os cidadãos assistissem a tragédias com muita frequência, chorariam as perdas que presenciassem, e esse luto público e aberto [...]” (BUTLER, 2015, p. 66) poderia comprometer e desestabilizar a ordem social. Assim, também, “[...] nas guerras contemporâneas em que os Estados Unidos estão diretamente envolvidos, no Iraque e no Afeganistão, podemos ver como a comoção é regulada para apoiar tanto o esforço de guerra quanto, mais especificamente, o sentimento de pertencimento nacionalista” (BUTLER, 2015, p. 66).

Butler (2015) apresenta elementos que permeiam a ordem e, portanto, podem desestabilizá-la. Constrangimento é a palavra que é acionada. Então, talvez estejamos aqui para falar sobre esse constrangimento que existe sobre a observância da vida de alguns grupos, enquanto para outros isso não faz o menor sentido. O *Programa de Travesti* nasce justamente porque pessoas comprometidas¹² com as causas que ecoam no programa observaram que alguns grupos, como os das travestis, estavam sempre ligados, nos discursos, a processos, a um lócus e/ou a uma posição de marginalização. É importante enfatizar que o *Programa de Travesti* deu origem a uma pesquisa de doutorado, ora em desenvolvimento, iniciada com buscas simples pelas palavras *programa* e *travesti* no Google, para as quais apareceram como resultados imagens, páginas e sites relacionados a garotas de programa. Alguns resultados mostravam coisas relacionadas ao mundo jornalístico, como reportagens que se referiam a crimes violentos contra a população trans; mas não, propriamente, aquilo que estávamos procurando, ou seja, epistemologias outras que enredassem histórias atuais de vida acerca dos corpos trans/travestis na segunda década do novo milênio. Tornou-se notório que precisávamos, assim, de outras narrativas que possibilitassem uma nova representatividade e pertencimento às pessoas trans/travestis (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020).

Portanto, a ideia de um corpo travesti ou trans ganha propriedade discursiva a partir do compor ou contrapor exposições anteriormente feitas a respeito delas, sobre elas e, agora, por e com elas. [...]. Para nós, leitoras-críticas travestis, a partir destas obras e a partir de outras facilidades, há compreensão de suas limitações na descrição imagética da possibilidade de um existir travesti. Não homem, não mulher. Tudo. Nada. E por ser tudo (e nada) em (con)junto, pertencente ao feminino e ao feminismo, foi preciso ascender um corpo travesti, para que a travesti fosse incorporada à linguagem enquanto substantivo feminino, do mesmo modo que presidenta [...] no Brasil também o foi. (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 4-5).

Quando colocávamos na busca somente a palavra *travesti*, também apareciam diversos resultados relacionados à violência. Para expressão *programa de travesti*, a busca nos oferecia uma gama que ainda era mais complexa, pois apresentava como resultados as imagens e contatos de pessoas travestis ou mulheres trans que trabalhavam no campo da venda do sexo. Sabemos que a prostituição não é crime no Brasil, mas sim uma profissão reconhecida e prevista na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), mas é importante enfatizar que pessoas trans/travestis não desempenham unicamente esse tipo de trabalho – elas exercem várias profissões. Se a palavra cria a forma, ela performa; então, que haja outras narrativas¹³!

2 OUTRAS NARRATIVAS, OUTRAS EPISTEMOLOGIAS

12 Como Mauro Lopes e Gisele Federece, além das apresentadoras Mariana Mollica e Dafne Ashton.

13 “Não se trata, como podemos perceber, de uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir-mulher, devir-criança, devir-velho, devir-animal, planta, cosmos, devir invisível – tantas maneiras de inventar, de ‘maquinar’ novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura.” (GUATTARI, 1980, p. 139).

Para analisarmos como outras narrativas e outras epistemologias são tecidas no *Programa de Travesti*, fornecemos algumas imagens do referido programa.

Figura 1 – Thumb utilizado como imagem de divulgação do programa de estreia e que possibilitou o privilégio de uma das autoras deste artigo ser a primeira travesti a ancorar um programa jornalístico no Brasil, dado referenciado pela Associação Nacional de Trans



Fonte: GIRO (2021).

É importante enfatizar que, anteriormente ao *Programa de Travesti*, já havia muitas pessoas trans/travestis produzindo no ciberespaço¹⁴ e que, a partir do vácuo cisgênero¹⁵, houve a emergência das pessoas trans/travestis (CUNHA; YORK, 2020).

As experiências de vida de travestis e mulheres transexuais na sociedade brasileira passaram a ser temas de pesquisas acadêmicas com mais frequência a partir da década de 1990. É, no entanto, após os anos 2000 que esses estudos passaram a ter maior visibilidade e despontaram como temática central em pesquisas brasileiras (AMARAL, SILVA, CRUZ, TONELLI, 2014) graças ao aumento substancial dos estudos que tematizam gênero e sexualidade. Os primeiros pesquis(cis)zadores foram atrevidos ao entrar por esta seara, invadindo os não lugares designados àqueles destinados à existência possível das travestis – onde se constituíam enquanto uma sociedade paralela, se relacionavam, conviviam entre si, (des)construíam seus corpos, (re)construíam suas identidades e sua própria sexualidade, e de quem as procurava. Não havia muita coisa na esfera social, tampouco na literatura. Alguns textos jornalísticos depreciativos reforçavam estigmas, faltavam registros com recorte humano e sobravam muitos contendo abusos. Os registros policiais e as internações em sanatórios vão subsidiar muitas reflexões a respeito dessa exclusão e reforçar a invisibilidade social. (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 5).

Cae Vasconcelos, Agatha Pauer, Maria Clara Araujo, Dodi Leal, Giovana Heliodoro, Ma Pantaleão, Isabelle Potter, Jaqueline Gomes de Jesus, Bruna Benevides, Adriana Salles, Luma Noqueira, Gabriela Lorrán, Jovana Cardoso, Bianca Manicongo, Ana Flor, Letícia Nascimento, Megg Rayara, Alexia Salvador, Ceu Cavalcanti, Alexia Brito, Amara Moira, Beatriz Pagliarini e Gabriela da Silva são muitas das tantas referências, trans, presentes no ciberespaço. O fato é que, quando buscamos no Google por *programa de travesti*, o programa não aparecia como resposta, tampouco os nomes de jornalistas ou apresentadoras trans/travestis, e sobressaíam questões ligadas à marginalidade em imagens ou textos escritos segundo uma dinâmica de estigmatização dos sujeitos, sobre temas como prostituição e envolvendo somente aquilo que não está vinculado diretamente às várias travestis e mulheres trans que temos conhecido ao longo da nossa vida, cuja grande maioria inclusive não se prostitui e, quando o faz, a prostituição não é mais a atividade central para sua sobrevivência. Algumas delas são mulheres muito

¹⁴ Espaço das comunicações por redes de computação.

¹⁵ Termo atribuído a pessoa que se identifica com o gênero que foi lhe atribuído, quando de seu nascimento.

bem colocadas socialmente, mas que também se prostituem.

O *Programa de Travesti* nasceu, como já dito, a partir de uma pesquisa de doutoramento, e as nossas dúvidas relacionadas a essa forma de produção em vídeo, que eram recorrentes, de alguma forma começaram a ser estruturadas com base nas experiências de convidadas e convidados do programa. Quando quisemos saber sobre o chamado *kit gay*¹⁶, convidamos Alexandre Bortolini para falar do tema, por que ele tem domínio da temática que assombrou o Brasil por mais de quatro anos.

Figura 2 – Giro das 11, na primeira participação de Bortolini na TV Brasil 247



Fonte: Giro (2021).

A crise em torno do kit anti-homofobia foi uma polêmica alimentada por esse equívoco e por um desejo de setores interessados não apenas em impedir a discussão do tema nas escolas, mas, sobretudo, em incidir mais fortemente sobre os temas do currículo e entravar o processo de construção de uma esfera pública laica. (JUNQUEIRA, 2014, p. 9).

Em outro momento do *Programa de Travesti*, queríamos ter maior entendimento da produção algorítmica¹⁷ para além dos textos que líamos. Assim, conversamos com especialistas do tema, como Ronaldo Lemos, para entender como funcionavam os algoritmos, teorias a seu respeito e sua aplicabilidade. O ritmo amistoso tornou esses programas em aulas-conversas (des)materializadoras dos efeitos de sentidos que certos termos carregam consigo, como se parte inexorável fossem de conversas complicadas. Em suma, as entrevistas se revelaram conversas implicadas e capazes de desfazer muitos nós.

Viviane Mosé (2011) diz que toda palavra, em si, nada carrega, mas sim nossos combinados, sobre ela, na busca por sentidos que damos a elas. Birhane discute o fenômeno da injustiça algorítmica e como tal efeito é processado, mantido ou definido nas redes (ALGORITHMIC, 2020). O fato é que, com um programa chamado *Programa de Travesti* em pleno funcionamento, quando se busca na internet por esses descritores é possível ter como uma das opções um programa em que podemos ver travestis fazendo jornalismo, travestis discutindo diversos temas que aparecem ou que emergem sobre a vida e o cotidiano e não somente sobre as nossas vidas particulares cotidianas. Não é possível que as pessoas trans/travestis estejam alocadas em um lugar onde o destino final, o assunto e a iniciação de toda cobertura midiática situem-se sempre em torno da dor, da opressão e dos estigmas relacionados aos gêneros e às sexualidades. Ou que a pergunta de praxe dirigida a uma pessoa trans que se entrevista

¹⁶ O projeto Escola sem Homofobia foi lançado em 2011 pelo Ministério da Educação. Todavia, esse projeto foi alvo de protestos de grupos conservadores da sociedade e do Congresso Nacional, e seu material pedagógico terminou associado ao apelido de *kit gay*. Por conta desses protestos e críticas, a presidenta Dilma o suspendeu, na mesma época.

¹⁷ Algoritmo é uma sequência finita de códigos virtuais programados para executar várias ações que visam alcançar respostas para problemas diferentes, antecipando possíveis falhas. O algoritmo, quando executado e implementado corretamente, atinge seu objetivo. É importante enfatizar que o algoritmo não é um programa de computador e sim os passos adequados para desenvolver uma tarefa, numa rede.

tenha de ser: “Quando é que você se descobriu uma pessoa trans?”. Não é por esse caminho mais que devemos trilhar. Um paralelo, inclusive, pode ser feito com os movimentos feministas de mulheres negras: até uma certa época, nós ouvíamos com muita frequência a pergunta, lançada a militantes pretas, se o correto era *preto* ou *negro*, ao passo que suas falas pautavam políticas públicas maiores e pouco tinham a ver com a nomenclatura atribuída, mas sim com a questão de benefícios, privilégios e acessibilidade social de alguns corpos não marcados pelo traço da diferença racial não branca. As mulheres que respondiam a tais perguntas estavam muito mais ocupadas em elaborar e disseminar suas produções; para elas, a preocupação era sinalizar respostas do tipo: “Querido branco cis-hetero: se é preto ou se é negro, vá pesquisar na internet, porque o que a gente está fazendo é algo bem maior!”.

Urge dizer que somos muito inspiradas em nossas ações com e dos movimentos feministas brasileiros, com e dos movimentos negros e, sobretudo, com e dos movimentos de mulheres pretas que foram nos sendo apresentados, assim como na leitura das produções teóricas de autoras como Lélia Gonzales, Beatriz Nascimento e Luiza Bairros. Tais autoras nos possibilitam compreender, a partir de suas obras, como se opera a constituição da perspectiva interseccional como instrumento de análise para diversos campos de conhecimento e investigação. O termo *interseccionalidade*, por sinal, ganhou espaço a partir de uma palestra realizada por Kimberle Crenshaw na cidade de Durban, na África do Sul, em 2001, cujo objetivo foi introduzir assuntos há muito debatidos nos movimentos sociais dos feminismos negros nos Estados Unidos, na América Latina e no Caribe. A noção de interseccionalidade é pensada como uma categoria teórica que focaliza múltiplos sistemas de opressão, articulando raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores de desigualdades e hierarquias sociais. Portanto, muito nos ajudou a pensar, refletir e dialogar com as convidadas e convidados do *Programa de Travesti*.

3 TV 247

A marca da primeira pessoa a fazer, tecer ou criar postos no mundo do trabalho deve ser comemorada sempre; mas, para parte da população brasileira, as ditas *primeiridades* sempre chegam num rompante que parece corroborar com o apagamento da memória da caminhada de tantas outras pessoas. A *primeiridade*, em grupos trans, travestis, de pessoas com deficiência (PcD) e/ou negros, por exemplo, acompanha a retórica que beira o primitivismo: aquele primeiro, na base de uma estrutura maior. A reivindicação da chamada *representatividade* não apenas busca significar uma representação política junto aos interesses particulares ou coletivos de determinado grupo de pessoas, mas visa à sua participação em espaços de decisão, com poder para mudar rotas e para estabelecer (novos) sentidos, para transformar uma estrutura, por dentro dela. Representação é sobre estar nos espaços e representatividade é sobre decidir com e sobre eles. Algumas mulheres trans, homens trans e travestis já circulam pelos canais ditos oficiais e na TV aberta, portando consigo a tão falada representação.

De posse de bens materiais e imateriais, a partir da luta das primeiras travestis militantes, aprendendo a resgatar nossa própria história, narrativa e voz para pensarmos em como sobreviver e resistir, aprendemos a ler e escrever para proporcionar a ocupação de espaços anteriormente negados nos bancos escolares e com a possibilidade de diálogo em um governo que abarcava a redemocratização, algumas se tornaram doutoras e pesquisadoras. (YORK; OLIVEIRA; BENEVIDES, 2020, p. 5).

No Brasil, na área da comunicação, algumas mulheres trans, jornalistas, têm feito trabalhos voltados ao entretenimento, como Lisa Gomes¹⁸ e Leonora Aquila¹⁹. Entretanto, a prioridade da TV 247, segundo seus idealizadores, é a transmissão de informação. Apesar de termos uma abordagem interativa e dialógica, a pós-TV 247 – como a nomeia Mauro Lopes²⁰ – tem por objetivo informar e contextualizar sua audiência sobre assuntos que tocam a população e que, sobretudo, desaparecem ou sequer emergem na grande mídia. Na Argentina, Diana Zurco foi a primeira âncora trans de um telejornal. Na Bolívia, a primeira apresentadora trans é a musicista Leonie Dorado, que assumiu o cargo aos 26 anos, em 2020. No Paquistão, aos 21 anos, Marvia Malik é a primeira âncora de notícias com

¹⁸ Primeira repórter trans da TV brasileira.

¹⁹ Jornalista, *youtuber*, *drag queen*, cantora e política brasileira.

²⁰ Jornalista, editor do Brasil 247 e ex-apresentador do *Giro das 11*, na TV 247.

recorte em transgeneridade (vale lembrar que o país é majoritariamente islâmico²¹ e que apenas em 2019 teve sua primeira *LGBT pride*) (YORK, 2021). Aqui no Brasil, a jornalista Alana Rocha, natural de Riachão de Jacuípe, uma cidade a quase 200 km de Salvador (BA), é a responsável pelo site Hora da Verdade, que traz reportagens policiais e aborda outros assuntos. Ela é a primeira jornalista transexual a ser repórter de um programa policial no Brasil, tendo sido, inclusive, contratada de forma temporária para ser a repórter do programa *Ronda* (TV Aratu/SBT), tendo sido assim a primeira mulher trans a trabalhar em um núcleo de jornalismo de TV, no país.

No dia em que uma das autoras deste artigo iniciou o *Giro das 11*, programa ancorado pelo jornalista Mauro Lopes, seu também idealizador nestes mais de quatro anos de TV 247, ela pensou que estivesse fazendo um grande trabalho, mas só teve a real noção da grandeza desse trabalho ao ler, em várias mídias, que ela era a primeira travesti a ancorar um programa jornalístico. Além de travesti, ela é pessoa com deficiência visual, estava fazendo ainda mais história! A Associação Nacional de Pessoas Trans e Travestis (ANTRA, 2021) publicou uma nota em suas redes, em que noticiava “Sara York a primeira travesti a atuar como âncora à frente de um jornal. Outras pessoas trans já atuaram em núcleos jornalísticos, mas nenhuma delas chegou a ser âncora.”.

Durante o programa, várias pessoas que o assistiam nos deixavam seus cumprimentos, dentre elas a própria presidenta da Antra, Keila Simpson, que enviou um áudio, exibido ao vivo, em que dizia:

Sara York, desejo muito sucesso e muito trabalho no Dia das Professoras, especialmente das professoras travestis e trans! Quero dizer que para mim, especialmente como pessoa trans, é um orgulho imenso ter você nessa frente tão importante, buscando, batalhando e levando sempre adiante a mensagem de que a educação é primordial para todo mundo. A educação não pode ser para alguns, tem que ser ampla, tem que ser discutida em todos os âmbitos e aspectos e você, como professora que é travesti, representa muito bem essa profissão.

Ao lado da jornalista Camila França, mulher negra, cis, gorda, nordestina e crespa, que no *Passadão 247* faz o destaque das principais notícias do dia, foi possível à mencionada âncora protagonizar uma bancada rica em diversidade e conteúdo. Ela recebeu, em sua estreia como âncora, o ex-deputado Wadih Damous, comentando o cenário político atual; assim como Silvano Euclênio, da página Pensar Africanamente; Regina Facchini, da Revista Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o jornalista Victor Viana, diretor-executivo (CEO) da mídia Prensa de Babel; e, por fim, Sérgio Luis Baptista da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e líder do Laboratório de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Raça (GE-SER).

A pesquisadora indiana Gayatri Spivac (2018) escreveu, em seu livro *Pode o subalterno falar?*, que ninguém dá voz a ninguém. O que nos cabe, em certa medida, é nos colocar em posição de escuta. E, apesar de nos desdobrarmos em vários aspectos ainda capacitistas²², na linguagem, inclusive para problematizá-la por dentro, rejeitamos um fazer educação que não mais se comprometa com a luta antirracista, antiLGBTIfóbica, antimachista e anticapacitista. Um passo como esse parece microscópico, dada a força da grande mídia e de sua abrangente atuação – mas certamente não estamos falando de atuação, mas de *atualização* e, sobre isso, ninguém sabe fazer melhor que as pessoas LGBTI+, em todo o mundo (GIRO, 2021).

O *Programa de Travesti* nasce em 2021, como já foi dito, em plena pandemia, após dois anos de uma espécie de estágio permanente em que uma das autoras se colocou, para fazer/aprender/ensinar no cotidiano da comunicação marginal brasileira. Em outubro de 2021, o jornalista Mauro Lopes entrou de férias por 15 dias e, durante esse período, decidiu entregar a condução de seu programa *Giro das 11* à responsabilidade da âncora/autora. A produção do programa fora idealizada por Mauro e seguia apenas

²¹ O islamismo surgiu no século XVII, de acordo com seus adeptos, por meio de uma revelação realizada por Maomé, e é a segunda maior religião do mundo.

²² *Capacitismo* é o termo usado para a discriminação de pessoas com deficiência, indivíduos no espectro autista e pessoas com colostomia. Em uma sociedade capacitista, se parte do princípio de que os corpos sem deficiência são *normais* e valem mais que os demais, considerados como *anormais*.

suas configurações – exceto quando ele repassava a ancoragem daquele a outros colegas, todos jornalistas. Lopes oportunizava espaço e visibilidade a pessoas trans, intersexo, com deficiência e pretas com frequência, mas a escolha para ancorar seu programa nunca estivera, até aquele momento, nas mãos de uma pessoa trans/travesti.

4 PROGRAMA DE TRAVESTI

No *Programa de Travesti* realizado na sexta-feira, dia 8 de julho de 2022, debatemos as mudanças na máquina de produzir verdade e a injustiça algorítmica com a historiadora Alexandra Lima, o advogado Ronaldo Lemos e o multiartista Beni Falcone. Na ancoragem, a âncora/autora levantou a seguinte questão: “Parece que a gente está chegando nesse tempo em que o que a gente está vendendo na rede é o que a gente sabe. Ou seja, as redes dialogarão mais com o sujeito da experiência do que a abordagem de perguntas que podem ser feitas pelo Google”. Ronaldo Lemos afirmou então que a cultura é a porta de entrada para a economia do conhecimento: “Se você tiver curiosidade, o propósito de buscar informação, ela está disponível.”. Também afirmou que o Brasil tem uma longa história de criação de tecnologia social, da tecnologia usada como ferramenta de conhecimento, tendo aprimorado técnicas de compartilhamento para fomentar as comunidades (INJUSTIÇA, 2022).

A união de saberes acadêmicos e populares é a chave para o entendimento deste conceito, o qual possui baixo custo de implementação e alto potencial transformador, oferecendo muitas vezes soluções simples para problemas do cotidiano. As Tecnologias Sociais têm como objetivo contribuir para a inclusão social, geração de trabalho e renda, promoção do desenvolvimento local sustentável, dentre outros desafios. Isso significa que estas tecnologias possuem uma relação indissociável com a sociedade, tendo em vista que são voltadas para a melhoria e evolução desta. (SEIXAS et al., p. 10).

Figura 3 – Programa de Travesti do dia 8 de julho de 2022



Fonte: INJUSTIÇA (2022).

Já Beni Falcone ressaltou a importância de se criar brechas, a necessidade de construir esses espaços de subversão. Contou que, tendo criado o bloco de carnaval Candybloco para celebrar a diversidade, percebeu, de repente, estar mobilizando 20 mil pessoas; e sentiu ter criado, com isso, um ambiente inclusivo, um universo de acolhimento. O Triboq Pride Festival engloba, hoje, espaço de debates (Lugar Q Fala), Feira Queer (para empreendedores independentes) e dois palcos para shows. Existem vários sinônimos para a palavra *brecha*, e alguns deles são: *oportunidade*, *chance*, *saída*, *fenda*, *abertura*, *facilidade*, entre outros (INJUSTIÇA, 2022). A partir de uma leitura cereteuniana, podemos dizer que essas brechas são táticas de sobrevivências tecidas se para poder lidar com diferentes situações e, com elas, subverter e resistir à ordem imposta (CERTEAU, 2001). Se nos basearmos em Foucault (2009), podemos dizer que as brechas são formas de resistência às diferentes formas de poder, como estratégia de sobrevivência.

Assim, podemos dizer que estratégias como a de criar brechas são uma forma de luta que possui como principal objetivo:

[...] não o de atacar esta ou aquela instituição de poder, ou grupo, ou classe ou elite, mas sim uma técnica particular, uma forma de poder. Esta forma de poder exerce-se sobre a vida quotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, os designa pela sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos para a palavra "sujeito": sujeito submetido a outro pelo controle e a dependência e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos a palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete. De uma forma geral, pode-se dizer que há três tipos de lutas: a) aquelas que se opõem às formas de dominação (étnicas, sociais e religiosas); b) aquelas que denunciam as formas de exploração que separam o indivíduo daquilo que produz; c) e aquelas que combatem tudo o que liga o indivíduo a ele mesmo e asseguram assim a submissão aos outros (lutas contra a sujeição, contra as diversas formas de subjetividade e de submissão). (FOUCAULT, 2009, p. 5).

Ainda sobre construir brechas, Alexandra Lima afirmou, no mesmo programa, que, “[...] quando uma de nós abre uma brecha, não é só para nós, é para todas as demais que veem depois de nós”. Ronaldo Lemos comentou, por sua vez, que o que mudou sua vida foi a informação. Segundo ele, quando era criança, na cidade de Araguari (MG), só havia dois canais de TV (Globo e Bandeirantes) e, do dia para a noite, por decisão do governo, “[...] cabearam a cidade”, que teve acesso repentino a mais de 250 canais de televisão, entre eles MTV, BBC e CNN. “Isso mudou a vida de uma geração na cidade! A informação muda a vida das pessoas”. Ele afirmou ainda que sua luta era pela “[...] possibilidade de todo mundo poder participar da economia do conhecimento” (INJUSTIÇA, 2022).

O historiador Célio Turino, recentemente, em entrevista ao canal Tutaméia, enfatizou a importância da cultura e da educação para costurar as fraturas da sociedade, criadas também pela manipulação algorítmica e das informações. Ele enfatizou o perigo de a sociedade depender do que ele chamou de *ditadura das empresas de comunicação*, pois isso molda o significado das experiências. É preciso romper com a ocultação da realidade, seja pela tradição opressiva, seja pela simplificação ideológica do presente (DIREITA, 2022).

Abeba Birhane, doutoranda na University College Dublin, investiga a injustiça algorítmica, que segundo ela se trata de sistemas automatizados que perpetuam padrões históricos injustos e discriminatórios e que com isso produzem diversas consequências negativas, especialmente em comunidades já marginalizadas. Ela propõe priorizar, nas relações com a tecnologia, o entendimento dos motivos da criação de padrões – por exemplo, no caso dos crimes ocorridos em bairros periféricos –, ao invés de apenas se analisar esses padrões e se fazer previsões sobre eles – por exemplo, usando os dados para orientar a polícia. Com isso, não se remodelariam as tecnologias apenas, mas se pensaria a estrutura ética que pode orientar uma ou outra tecnologia no sentido de tratar a inclusão como ponto central. Para Birhane, a natureza da realidade é instável: a própria pessoa muda de acordo com o aspecto contextual que a cerca, e uma solução tecnológica por si não pode estabilizar esse movimento contínuo. Portanto, as soluções necessitam estar parcialmente abertas para incorporar novos dados, sobretudo em casos em que fornecedores de opinião reproduzem acriticamente concepções erradas – Birhane cita o exemplo recente de se vincular o terrorismo *on-line* a grupos islâmicos (ALGORITHMIC, 2020).

(IN)CONCLUSÕES COTIDIANAS

Estamos ainda descobrindo a conexão profunda existente entre comunicação, cultura e democracia. As ditaduras tentam reduzir os indivíduos à sua própria individualidade, sem participação política, no estilo *faça por si mesmo(a)*; ou acabar com todos os *ativismos*, como disse certa vez um líder militar, enquanto mudam as estruturas para expandir a sua capacidade de opressão. Para tanto, destroem espaços de pensamento e criam ambientes em que a cultura se torna inútil, o que mantém a atmosfera conservadora que acaba impedindo ou inibindo que haja respeito a outras formas de se ver o mundo. Vivemos 25 anos de repressão civil-militar no Brasil e, no momento atual, estamos no processo

de desmilitarizar o pensamento, de ouvir vozes que foram silenciadas. É preciso dar ferramentas e criar oportunidades para que cada grupo possa contar sua própria história, entender sua própria vida e criar um futuro de tolerância, convivência pacífica e democratização da esperança.

Apesar de não estarmos vivendo num momento ditatorial, muitos países, entre eles o Brasil, passam por um momento conservador, visto o avanço da ocupação de espaços de poder por parte de políticos de extrema direita, que têm utilizado sobretudo as redes sociais para divulgar seu pensamento. O *Programa de Travesti*, na contramão do que vem sendo feito por tais políticos, foi criado, durante o período pandêmico, para possibilitar a tecitura de conhecimentos democráticos sobre as pessoas trans/travestis, evitando sua estigmatização e posicionamento em condições de subalternidade, as enaltecendo como sujeitos produtores do conhecimento e como pessoas de direitos.

REFERÊNCIAS

ALGORITHMIC Injustices and Relational Ethics with Abeba Birhane. [S.l.]: Twiml, 2020. 1 vídeo (41 min.). Publicado no canal The Twiml AI Podcast with Sam Charrington. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A_CBVYCeceU&t=1646s. Acesso em: 12 jul. 2022.

ALVES, Marco Antônio Sousa; MACIEL, Emanuella Ribeiro Halfeld. O fenômeno da *fake news*: definição, combate e contexto. *Internet & Sociedade*, v. 1., n. 1, 2020.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Trad.: Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Trouble dans le genre**: pour un féminisme de la subversion. Paris: La Découvert, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2001.

COLLINS, Patrícia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

CUNHA, Neon; YORK, Sara Wagner. Um vácuo “cis” na história e a emergência do corpo trans. **Fundação Rosa Luxemburgo**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://rosalux.org.br/um-vacuocis-na-historia-e-a-emergencia-do-corpo-trans/?fbclid=IwAR2RGQMofFeIHATi37Za6Ff8ufV97zf61csNzTbStcbpvLIUImeJCKCddoU>. Acesso em: 1 nov. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. (Mil Platôs, v. 1).

DIREITA terrorista quer provocar o caos e a barbárie: Célio Turino, 11.07.22. [S.l.]: Tutaméia TV, 2022. 1 vídeo (21 min.). Publicado no canal Tutaméia TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XShbNyDbkww&t=603s>. Acesso em: 11 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Dois ensaios sobre o sujeito e o poder**. [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: <http://filoesco.unb.br/foucault/sujeitopoder.pdf>. Acesso em: 27 out. 2012.

GIRO das 11: migração do eleitorado + sextou: feliz dia, professoras! (15.10.21). [S.l.]: TV 247, 2021. 1 vídeo (121 min.). Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JJvkjesP9oI>. Acesso em: 1 nov. 2022.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUATTARI, F. **Revolução molecular**: pulsações políticas do desejo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1980.

IGNACIO, Julia. Lawfare: o que esse termo significa? **Polítize!**, 28 set. 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/lawfare/>. Acesso em: 24 set. 2022.

INJUSTIÇA algorítmica: alterações na máquina. [S.l.]: TV 247, 2022. 1 vídeo (59 min.). Publicado pelo canal TV 247. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjteUvPdpSo&t=3s>. Acesso em: 1 nov. 2022.

ITERABILIDADE. **Contxt**, Rio de Janeiro, [20--]. Disponível em:

<https://www.contxt.letras.ufrj.br/glossario/32:iterabilidade.html>. Acesso em: 1 nov. 2022.

JUNQUEIRA, Rogério. Conceitos de diversidade. **Revista Diversidade e Educação**, v. 2, n. 3, 2014.

MENDONÇA, Amanda André de; MOURA, Fernanda Pereira de. “Ideologia de gênero” e escola sem partido: a agenda privatizante moralizadora para a educação brasileira. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 5, n. 2, 2019.

MOSÉ, Viviane. **O homem que sabe**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

NEUMAM, Camila. Metade das mortes por Covid-19 no Brasil poderiam ter sido evitadas, diz estudo. **CNN**, São Paulo, 6 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/metade-das-mortes-por-covid-19-no-brasil-poderiam-ter-sido-evitadas-diz-estudo/>. Acesso em: 1 nov. 2022.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o mundo preventivo de aids. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2009.

POCAHY, Fernando. A idade um dispositivo: a geração como performativo – provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Revista Polis e Psique**, v. 1, n. 3, 2011.

SEIXAS, Aline Silva et al. **Revista Gestão Inovação e Tecnologias**, dez. 2015.

SEPULVEDA, Denize. **Emancipação social e exclusão no cotidiano escolar**: a homofobia e sua influência nas tessituras identitárias. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SEPULVEDA, José Antonio; SEPULVEDA, Denize. Conservadorismo e educação escolar: um exemplo de exclusão. **Revista Movimento**, v. 3, n. 5, 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2018.

YORK, Sara Wagner. Um viva para algumas (des)continuidades! **Brasil 247**, 15 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/um-viva-para-algumas-des-continuidades>. Acesso em: 1 nov. 2022.

YORK, Sara Wagner; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes; BENEVIDES, Bruna. Manifestações textuais (insubmissas): travesti. **Revista Estudos Feministas**, n. 28, 2020.



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).